

China: uma estratégia de inserção no capitalismo mundial

Rubens R. Sawaya¹

Resumo

A estratégia de construção do capitalismo chinês parece estar colocando novas discussões em tela. A China está criando um mal-estar para as teorias econômicas neoliberais: por um lado, ao atrair o capital multinacional dos países do centro de forma controlada e administrada, seguindo assim os seus próprios interesses estratégicos, aproveitando-se, da mundialização do capital nos anos 90 – que marca uma reestruturação global desses capitais – e, por outro, ao trabalhar na construção de alianças estratégicas com seus vizinhos, principalmente o Japão, Coréia, Tailândia. Não segue assim a lógica da ideologia liberalizante como caminho para o desenvolvimento. Muito ao contrário, coloca-a em xeque. Da mesma forma e de modo inovador, algo talvez impensável para uma economia periférica, está também colocando em questão a estrutura hegemônica mundial que perdura desde o pós-guerra, centrada nos EUA.

Palavras-chave: China, capitalismo, mundialização do capital, desenvolvimento, liberalismo, comunismo.

Classificação JEL: 010, P40.

Introdução

As discussões sobre a questão do desenvolvimento econômico na periferia têm sido abaladas com o fenômeno China. É de fato uma novidade interessante, entre o grupo dos periféricos, um país conseguir criar uma estratégia de crescimento e desenvolvimento capitalista que pode até ameaçar o próprio pólo hegemônico. Mais

¹ Professor Doutor do Departamento de Economia da PUC de São Paulo, Brasil. Autor do livro *Subordinação Consentida: capital multinacional no processo de acumulação da América Latina e Brasil*, São Paulo: Fapesp/Annablume, 2006.

interessante, estruturar uma estratégia totalmente fora dos padrões em voga para as 'regras de boa conduta à lógica do mercado livre' consideradas pelo *mainstream* como necessárias e suficientes para a promoção do desenvolvimento, uma estratégia que pouco respeita as 'reformas liberalizantes' que pregam o Estado mínimo. Como uma economia periférica consegue tal proeza em um mundo dominado pelo grande capital multinacional atrelado simbioticamente à Estados centrais poderosos? Não é surpresa colocar em questão as teorias do desenvolvimento baseadas no liberalismo. Estas teorias já careciam de comprovação histórica nas periferias do capitalismo que se desenvolveram tardiamente (mesmo o Brasil com as políticas dos anos 50) com amplo apoio de seus Estados. Mas, traz de volta um importante debate: o desenvolvimento e, mesmo crescimento econômico, são resultado de estratégias bem montadas e não da liberdade total ao capital.

O que mais salta aos olhos é a capacidade chinesa de colocar em questão a estrutura da hierarquia mundial baseada em três núcleos: EUA, Europa e Japão – este último até certo ponto afastado do jogo hegemônico, por anos de estagnação. Que o capital sempre esteve organizado em torno de centros hegemônicos, em simbiose com os Estados nacionais que encabeçam o poder mundial, não é novidade (Arrigui, 1996; Palloix, 1971; Chesnais, 1996, p. 48; Michalet, 2002; Hirst e Thompson, 1998, p.151; Wallerstein, 2004, p.138). Qualquer análise histórica dos processos de desenvolvimento não deixa dúvidas de que a aliança Estado-capital é constitutiva do capitalismo e, no pós-guerra, foi responsável pela industrialização de parte da periferia no bojo do processo expansivo do capital, a partir dos centros hegemônicos, em busca de novos espaços de valorização. Foi também sob a aliança Estado-capital que a América Latina promoveu sua industrialização subordinada ao capital multinacional, e que neste caso acabou por criar novas relações de dependência (Dos Santos, 1977 e 2000; Furtado, 1978) e subordinação.

Mas o mais interessante é que, diante da forma como se deu a inclusão subordinada da periferia no processo de acumulação mundial no pós-guerra sob a hegemonia norte-americana, tornava-se difícil imaginar a possibilidade de uma alternativa estratégica autônoma, dada a estrutura hierárquica do capital no mundo assentada sobre um

Estado-centro hegemônico que funcionava quase como uma “holding” de seus vários capitais individuais, suas grandes empresas multinacionais. Essa era a estrutura do capitalismo que a mundialização dos anos 90 parecia apenas reforçar, diminuindo ainda mais o espaço para qualquer estratégia alternativa: apenas parecia possível adotar uma estratégia de “desenvolvimento associado” – assim vendia o liberalismo – dando total liberdade ao capital eliminando todos os controles sobre ele, permitindo um Estado interventor para atuar exclusivamente para o interesse do grande capital, proposta em voga nos anos 90, aprofundando a subordinação e a dependência.

A China, de certa forma, parece estar conseguindo subverter essa lógica, ou pelo menos colocá-la em xeque de modo aparentemente inovador. É mais interessante, utilizando-se do próprio movimento do capital no mundo para engajar-se nele, com uma estratégia muito bem estruturada e planejada. Por isso a fórmula chinesa consegue ameaçar a lógica hegemônica mundial.

Como o centro de sua estratégia de industrialização acelerada chinesa, muitas explicações têm se focado nas políticas econômicas chinesas (Oliveira, 2006; Cunha, Biancareli e Prates, 2007), as políticas fiscal (forte investimento público), monetária (crédito), e principalmente cambial (desvalorização). Certamente essas políticas são importantes, mas não constituem explicação suficiente para a China lograr tal sucesso em seu crescimento e na ameaça aos centros hegemônicos. Essas políticas constituem a parte ‘operacional’ da estratégia, historicamente utilizadas por quase todos os países (Chang, 2002). O Japão promoveu seu desenvolvimento, também lançando mão desses instrumentos de política econômica e com o mesmo objetivo de se tornar potência hegemônica que a China. O Brasil, em seus anos de crescimento elevado, utilizou-se delas de forma virtuosa. Até aqui, não parece haver muita novidade. O que a China fez além dessas políticas tradicionais e que a torna capaz de colocar a hierarquia mundial em questão?

A hipótese aqui proposta é a de que a China fez uma aliança não subordinada com o capital multinacional originário nos centros hegemônicos – as grandes empresas –, aliança esta construída no bojo do próprio processo de mundialização que caracterizou os anos 90.

Essa estratégia envolveu não apenas as grandes empresas dos pólos norte-americano e europeu, mas principalmente do pólo asiático, seus vizinhos, destacando o Japão e os chamados “Tigres”. A forma como ocorreu essa aliança parece ser o diferencial que vai além de um conjunto de políticas macroeconômicas corretas. Atraiu para seu território esse capital não de forma passiva e submissa como, por exemplo, o fez a América Latina. Essa costura de alianças que aproveitou do próprio movimento do capital no mundo parece que pode levar a China a um novo patamar na economia mundial que ainda não havia paralelo na história do desenvolvimento de países periféricos, diferenciando-se inclusive da estratégia japonesa. O objetivo deste artigo é entender essa estratégia que parece ser diferente da lógica baseada na aliança subordinada ao capital multinacional tradicionalmente ligado simbioticamente ao seu Estado de origem. Parece que a China aproveitou-se do movimento de mundialização para atrair o capital multinacional às suas fronteiras, mas sob seu total controle, criando uma contradição entre os interesses desse capital e seu Estado centro de origem, por isso ameaçaria a lógica hegemônica.

Como bem percebe Chesnais:

“Temos que considerar a distância de um século desde quando foi elaborada a teoria do imperialismo clássica e suas diferentes versões. A China estava submetida a um estado semicolonial... É certo que a China não teria se transformado tão rápido e em tal escala na “fábrica do mundo” sem o movimento massivo de deslocalização da produção das maiores empresas dos Estados Unidos e do Japão, sem a terceirização internacional massiva organizada por grandes distribuidoras com características quase industriais, como a Wal-Mart. A relações econômicas e políticas da época da “globalização” devem ser consideradas, mais do que nunca, como “articulações de uma totalidade, diferenças dentro da unidade” (Marx, Grundrisse, 1987, p.20). Até os anos 2000 se poderia fazer uma análise colocando os EUA como centro das relações hierarquizadas constitutivas da mundialização, concedendo-lhe um lugar a parte, de potência hegemônica no sentido mais forte da palavra. Agora já não se pode. Os EUA estiveram na origem da mundialização do capital contemporânea e foram em grande medida os arquitetos do correspondente regime institucional. Mas agora já não são mais que um dos elementos constitutivos centrais, um dos pólos, mas não o único... Os Estados Unidos seguem dispendo

de potentes alavancas econômicas e políticas, a mais importante delas é o papel que ainda conserva o dólar, mas a crise em gestação [dos subprimes] deve ser pensada em um marco onde a Ásia passa a ser um componente essencial". (Chesnais, 2007/08).

A mundialização do capital dos anos 90 foi caracterizada por ampliar e liberalizar o movimento do capital no mundo a fim de possibilitar a reestruturação produtiva global das grandes empresas, com o objetivo de garantir-lhes uma nova onda de acumulação ampliada. Foi um processo que criou grandes contradições ao ampliar a distância do grande capital em relação ao seu Estado de origem. Se a imposição das políticas do Consenso de Washington ao mundo foi o resultado de uma aliança virtuosa entre o capital multinacional e seus Estados, a partir do momento em que esse capital reestrutura-se em outros espaços, o resultado parece ser a ampliação do antagonismo de interesses entre grandes empresas e seu Estado. O Estado se vê ameaçado pelo próprio capital que apoiou, ameaça materializada na divergência de interesses econômicos. Não que o capital tenha se liberado do Estado, ou de qualquer Estado, em um tipo novo de imperialismo comandado pelo capital em si (Hardt e Negri, 2003, p. 13/4), idéia que não se coaduna com a própria lógica do capital, mas parece que ele (as grandes empresas) pode ser cooptado por outro Estado, o chinês.

O que está ocorrendo na China parece ser o resultado de um duplo movimento. De um lado, o movimento de mundialização do capital ocupando novos espaços a partir do centro; de outro lado a China aproveitou-se desse movimento, atraindo para si esse capital, a fim de tornar-se *player* importante no cenário mundial, sem ingressar no movimento de acumulação de capital de forma subordinada. Por isso não é simplesmente o movimento histórico do capital em direção à periferia. É isso também, mas há algo de diferente na estratégia chinesa que, embora aos olhos desatentos possa parecer um resultado virtuoso da "globalização" mundial e da "liberalização" chinesa, outros países que atraíram o capital multinacional com políticas liberalizantes não foram capazes de preservar sua autonomia e muito menos colocar a hegemonia em questão.

A China parece se aproveitar da lógica da acumulação mundial, administrando o movimento do capital, sem dar qualquer liberdade a ele, mas garantindo-lhe um novo espaço de acumulação capitalista que já não encontrava nem no centro nem na periferia industrializada (Brasil, por exemplo). Aparece como uma ação liberal dado que antes sua economia era completamente dominada por empresas estatais, mas está muito longe do liberalismo defendido pelo Consenso de Washington. É por isso um fenômeno que traz à tona a discussão da pertinência do “desenvolvimento pelo mercado”, leia-se, subordinado ao mercado, tão amplamente defendido nos anos 90.

A estratégia chinesa de atração do capital é completamente diferente da forma como ocorreu em outros países que o atraiu de forma subordinada. A China, como a América Latina em seus anos de industrialização, atraiu o capital multinacional em seu esforço industrializante, mas, de forma inusitada, acoplando seus interesses aos do capital em uma lógica talvez simbiótica. De forma inteiramente inesperada, busca cooptar o capital ao seu interesse estratégico.

Mundialização: liberdade total ao capital

O movimento do capital no mundo nos anos 90 caracterizou-se por um amplo processo de reestruturação produtiva, envolvido no que se pode denominar “centralização de capital” em escala global (Sawaya, 2006, capítulo II). As políticas de liberalização dos fluxos comerciais e financeiros, a reestruturação dos Estados nacionais pelas políticas de privatização – principalmente na periferia do sistema –, estiveram no centro dos interesses das grandes corporações em seu processo de reestruturação produtiva mundial. Foi um processo liderado por estratégias políticas das potências hegemônicas em aliança com seu grande capital multinacional, um processo que se materializou em fusões e aquisições de empresas em escala mundial (Unctad, 2000), e que mudou a estrutura produtiva de países da periferia e do centro.

As políticas defendidas pelos países do centro – por meio de seus Estados e das instituições multilaterais, em certa medida, a eles subordinadas (Stiglitz, 2003) – tornaram clara a ligação entre Estado

e os interesses econômicos das grandes corporações na medida pressionavam a liberalização dos fluxos de mercadorias e dinheiro a fim de permitir a reestruturação mundial do capital. Essa ligação Estado-corporações que sempre existiu, demonstrou o poder dos Estados hegemônicos no que tange a seu papel na acumulação de capital, de um lado fortalecendo-o em sua ação econômica, de outro exercendo uma enorme pressão para afastá-lo de suas funções sociais. Embora o slogan dos anos 90 “menos Estado” aparecesse como um enfraquecimento de seu poder, na verdade tinha a função de impedi-lo de fazer políticas de “bem estar social” que não mais interessam ao grande capital em sua estratégia de mundialização. Esse fato visava concentrar as forças políticas e financeiras do Estado para as ações que impulsionavam o processo de acumulação via mundialização do capital nos anos 90. Exerceram-se principalmente sob a forma de pressão sobre as periferias do sistema para a instalação das políticas liberalizantes com o fim de dar total liberdade ao movimento do capital, permitindo-lhe redefinir os espaços de acumulação mundial em um processo de centralização mundial de capital.

Por ser um movimento capitaneado pelos Estados do centro do sistema, esse processo parecia coroar a liderança norte-americana no mundo, com a Europa e Japão como centros satélites, estrutura consolidada no pós-guerra. Foram de fato os Centros hegemônicos, mas principalmente os Estados Unidos, que orquestraram a mundialização. “Criaram um regime comercial global que está ligado aos interesses de suas grandes empresas...” (Stiglitz, 2006, XII), em um processo que surgiu como reflexo dos interesses de reestruturação e ampliação das bases de acumulação das grandes empresas multinacionais, norte-americanas e européias. Foi um processo no qual os órgãos multilaterais como Banco Mundial e FMI desempenharam um papel central (Stiglitz, 2002) na definição daquelas políticas que permitiram que a centralização mundial de capital tomasse vulto e se realizasse em todos os lugares relevantes ao processo de acumulação, numa ampla reestruturação produtiva mundial.

Por essa lógica, se poderia aparentemente dizer que foi um movimento de ampliação do poder do centro hegemônico no mundo pela extensão de seu controle econômico sobre os espaços mundiais, na medida em que é resultado da ação de seu braço produtivo, o

grande capital multinacional. São as políticas liberalizantes que permitiram a materialização desse movimento do capital em processos de fusões, aquisições e outras formas de controle sobre a produção global, como terceirização – estabelecendo “parceiros fornecedores” ao redor do mundo – submetendo grande parte da estrutura produtiva mundial ao interesse desse grande capital multinacional espalhado em centros produtivos estrategicamente escolhidos no mundo, apoiados por seus Estados de origem. Assim, ao que tudo parecia indicar esse processo deveria caminhar para uma maior afirmação do poder hegemônico mundial em torno da economia norte-americana pela solidificação da aliança entre Estado e capital multinacional (ver “Poder e Dinheiro”, Tavares e Fiori, 1997 e “O poder americano”, Fiori (org), 2004), agora libertos daquele Estado do “bem estar social”.

Mas é justamente desse turbilhão promovido pela mundialização de capital que surge um fenômeno chamado China. Aparentemente ligada ao próprio movimento do capital, cria uma estratégia de atração do capital multinacional e constrói uma rede de alianças com seus vizinhos, principalmente com aquele que detinha o poder (e a tecnologia) no pólo asiático, o Japão – país que buscava reconquistar o espaço no mundo perdido por anos de estagnação, em parte imposta pelo centro hegemônico.

A primeira pergunta que daí surge é se este movimento do capital em direção à China seria apenas uma extensão atrasada dos processos de acumulação e concentração de capital que resultaram na ocupação dos países periféricos por “transbordamento” do capital monopolista (Luxemburg, 1983; Sweezy e Baran, 1978) que industrializou a América Latina ao longo dos anos 50 e 60 e os chamados Tigres Asiáticos na década de 70, e que agora estaria acontecendo na China, apenas envolvendo um lapso de tempo. Não há dúvidas de que este é um movimento de ocupação de um novo espaço pelo capital mundializado, pelas grandes corporações. O capital sempre em sua lógica de acumulação ocupou os espaços relevantes no mundo, e a China era um que faltava. Mas deve-se levar em conta que esse processo ocorre agora em outro momento da história, quando toma lugar a “mundialização de capital”, na qual o processo de acumulação mundial está fundado na centralização de capital (reestruturação produtiva) e não simplesmente na lógica expansiva

que caracterizava a concentração e que o conduziu à internacionalização dos anos 50, 60 e 70 (Sawaya, 2006). O processo de internacionalização caracterizava-se pela transposição de estruturas produtivas dos centros hegemônicos para a periferia, como um processo de extensão (abrindo filiais, por exemplo) que ampliava os espaços de acumulação de capital a partir do centro (Sweezy e Baran, 1978, p. 110; Amin, 2002, p. 87; Palloix, 1971). A mundialização é caracterizada pelo processo de centralização de capital. Não é exatamente um movimento de expansão embora este continue presente, mas de reestruturação produtiva mundial que funciona de forma oposta, uma centralização do capital materializada em fusões e aquisições. Resulta no completo deslocamento de plantas produtivas que pode desindustrializar parte da periferia e parte do próprio centro. Trata-se de um movimento do capital em seu processo de acumulação e concentração, mas no qual busca eliminar tudo o que impede o contínuo processo de acumulação; elimina o próprio capitalista no processo de centralização (Marx III, 1980, p. 283). É nesse novo movimento que a China acopla sua estratégia de desenvolvimento. Por isso acaba por deslocar as estruturas produtivas dos tradicionais centros hegemônicos para sua área e controle, desindustrializando o próprio centro e parte da periferia como o México, por exemplo.

O interessante é que esse movimento de mundialização parece também ser capaz de colocar em xeque o poder daquele Estado que deu toda a sustentação política ao grande capital multinacional. Não que o capital surja agora como um ente autônomo independente, mas parece que pode acoplar-se a outro Estado-nacional – afinal, o capital, apesar de sua autonomia relativa, não é sujeito de si mesmo, depende das pessoas, mas principalmente do Estado para colocar-se em movimento em qualquer espaço que ocupe: o Estado do centro ou outro.

Assim, o que há de novo na estratégia do Estado chinês parece ser que, subvertendo a onda liberalizante, este aproveitou o próprio movimento de mundialização do capital para trazer as grandes corporações (representantes individuais do capital) dos antigos pólos hegemônicos ao seu território e sob seu controle, em um processo que pode colocar em xeque a lógica tripolar que sustentava a liderança hegemônica dos EUA. A China parece ter construído um espaço que serve bem para a continuidade do processo de acumulação mundial de

capital. Atraiu o capital beneficiando-se da própria liberdade dada a ele pelos centros hegemônicos para locomover-se “sobre seus próprios pés” (Marx I, 1980, p. 881), e que, contraditoriamente encontra no Estado chinês as condições necessárias para garantir a acumulação. Isso demonstra que o capital talvez não busque a ‘liberdade’ em si, mas estruturas que viabilizem com segurança a acumulação em um Estado. O processo de mundialização de um lado, e a construção da estratégia chinesa de outro, parecem ter estabelecido uma sintonia. A China construiu mecanismos de controle sobre o capital que o tornou um aliado em sua estratégia capitalista de potencia econômica. E não foi pela via do “mercado livre”. Estima-se que sete mil filiais de empresas norte-americanas estão na China e que 40% das exportações são realizadas por parte dessas filiais (Lessa, 2009, p. A21) a grande maioria funcionando em regime de *joint venture* com empresas chinesas.

A Subordinação Planejada

O que o fenômeno China parece revelar é algo intrigante. A forma como organizada sua estratégia de atração do capital multinacional, a costura de sua aliança com seus vizinhos asiáticos, principalmente com o Japão, criou contradições totalmente novas no capitalismo mundial. Modificou a lógica hegemônica da acumulação mundial ao borrar seu centro de liderança que estava nos Estados Unidos pela atração do capital multinacional como seu parceiro. É um fenômeno novo que não ocorreu nem no processo de industrialização na América Latina que atraiu o capital multinacional para dentro de suas fronteiras, nem nas estratégias dos Tigres Asiáticos ou Japão. Mas, vale lembrar que, mesmo sendo um fenômeno diferente está dentro da lógica do processo de acumulação de capital mundial.

Quando o capital multinacional ocupou o espaço da América Latina (Brasil, México e Argentina) entre os anos 50 e 70, esse processo ocorreu pela criação de filiais, uma extensão do capitalismo a partir dos Centros, EUA, Europa e Japão. Foi um processo que, de um lado, garantia a continuidade da acumulação de capital nos centros ao colocar a periferia como lugar para o investimento do valor excedente

que buscava novos espaços para a acumulação, que já não encontrava mais espaço nos próprios países do centro. Ao mesmo tempo era um movimento que havia surgido pela ocupação de novos mercados, como espaço para realização do valor. Essas eram características tradicionais do que se denominou processo de internacionalização do capital que resultava do processo de acumulação, concentração e centralização de capitais nos próprios países centrais¹. As filiais da periferia não concorriam diretamente com suas matrizes e tinham suas estratégias de ação lá centralizadas. Representavam os braços de poder do capital/Estado do centro sobre os mercados na periferia relevante do sistema. A internacionalização do capital caracterizava-se como um processo integrado ao centro e sob seu controle (Palloix, 1971). Os centros de decisão e o desenvolvimento de tecnologia continuavam nas mãos das matrizes das multinacionais em seus Estados de origem, por isso colocaram essa periferia em uma condição de subordinação por laços estruturais de dependência.

O processo de acumulação no Japão foi algo muito diferente do ocorrido na periferia latino-americana e também é diverso da estratégia chinesa, apesar das aparentes semelhanças. Primeiro iniciou seu programa de industrialização já no final do século XIX na chamada era “Meiji” com uma estratégia de desenvolvimento guiada pelo Estado, com forte empenho para não entrar na “civilização industrial” (como Furtado denominava o capitalismo avançado em seu livro de 1978; Furtado, 2008) de forma subordinada aos centros hegemônicos da época, EUA e Europa. Foi amplamente beneficiado no pós-guerra pela estratégia geopolítica e imperial dos EUA e soube aproveitar a oportunidade criada nesse contexto de transferência de tecnologia do centro para construir grandes empresas sob controle japonês.

A estratégia japonesa esteve apoiada em um forte e bem estruturado planejamento estatal (Allen, 1983, p. 45 e seguintes)² que criou condições para um crescimento elevado, estruturado em grandes conglomerados totalmente sob o controle de capitais nacionais. O objetivo era tornar-se uma potência mundial independente e autônoma por meio da competição direta de seus conglomerados com as grandes empresas norte-americanas e européias (Allen, 1983, p.101). Tamanho foi o sucesso até os anos 80 que os japoneses se vangloriavam terem alcançado o segundo PNB do mundo em 1984 e contavam os anos

para que a economia japonesa ultrapassasse os EUA, transparecendo claramente o ar de “revide” presente no “*giri* ligado ao nome” característico da sociedade japonesa (Benedict, 1972, p.126 e 138).³

No início, algo parecido com a China, os japoneses copiavam produtos e tecnologias dos países centrais com o fim de criar uma indústria nacional independente capaz de competir mundialmente. Foi uma estratégia que não se fundou e nem provocou a industrialização pela deslocalização industrial de empresas do centro para o espaço japonês. Criou uma estrutura industrial com capital japonês e de propriedade de japoneses, capaz de competir com vantagem com as indústrias dos Centros hegemônicos.

Por conta disso, diferente da China, a estratégia japonesa resultou em uma forte contraposição competitiva entre as grandes empresas japonesas e as grandes empresas norte-americanas e européias, em um mecanismo que se materializou na invasão de produtos japoneses nos mercados desses países. Esse processo parece similar ao Chinês por conta do viés exportador que lhe é comum, mas as semelhanças param por aí. No caso japonês, são empresas japonesas que invadem os mercados do centro. No caso Chinês, são as próprias empresas multinacionais norte-americanas, européias e japonesas, agora localizadas na China, ou com fortes relações de complementaridade como no caso do Japão, as principais interessadas em exportar ao centro, fato que estabelece a contradição fundamental.

A fragilidade da estratégia japonesa ficou clara diante do poder dos centros hegemônicos liderados pelos EUA, pressionados pelos interesses das grandes empresas multinacionais ameaçadas pelas empresas japonesas. Bastou uma alteração proposital na política econômica norte-americana (Tavares e Belluzzo, 2004, p.132) para colocar fim ao sonho de potencia mundial corrente no Japão no início dos anos 80. Sua estrutura industrial nacional em competição com grandes grupos multinacionais do centro, dependente de exportações e da importação de matérias-primas, sem possuir um mercado do tamanho do mercado chinês, levou a Japão a sofrer as conseqüências da mudança na política de juros norte-americana. Além disso, enfraqueceu ainda mais o Japão o fato de manter sua estratégia estreitamente dependente do circuito do Dólar (ver Medeiros, 2004, p.148), elemento central para seu enfraquecimento que diluiu sua

possibilidade de disputa hegemônica⁴. A reestruturação da indústria norte-americana ao longo dos anos 80 completou o pacote para dirimir a força da indústria japonesa.

O que se deseja aqui levantar é que parte desse processo de interrupção do crescimento japonês parece estar relacionada à sua estratégia de contrapor diretamente suas empresas em competição com grandes multinacionais do centro, como, por exemplo, a Ford e a Toyota. Além disso, o Japão apesar de levar o crescimento de seu mercado nacional ao extremo, não consegue modificar sua base de acumulação que está estruturalmente ligada ao mercado externo, principalmente norte-americano e europeu. Bastou a política norte-americana que incentivou uma relativa reestruturação produtiva para que esta voltasse a ser competitiva, bem como a política de demonstração do efetivo poder do dólar como moeda hegemônica internacional, para enfraquecer a economia japonesa e frear seu sonho de potência hegemônica. Mas, pelo menos, como afirmava Furtado, a via japonesa livrou o país da industrialização dependente e subordinada, fato que parece também estar em consideração na China.

Em termos gerais e sob o véu da aparência, se poderia dizer que a estratégia chinesa toma como base os passos da economia japonesa no pós-guerra, adaptando-os à nova situação e procurando contornar os problemas. Como o Japão, o objetivo chinês é também tornar-se um grande jogador no mundo capitalista, uma nova potência na disputa pelo poder hegemônico mundial. Para tanto, também se utiliza de um forte (muito mais forte) planejamento estatal bem estruturado. Na China sua estrutura produtiva se organiza em torno de empresas estatais chaves que mantêm sob controle e são parte das *joint ventures* com as estrangeiras, enquanto que no Japão o controle sobre a economia ocorria pela proximidade quase patriarcal do Estado com os poucos grandes conglomerados japoneses que juntos desenhavam as estratégias. Em ambos os casos o processo de industrialização esteve no início focado na internalização e produção de tecnologia a partir da cópia do Centro com o fim de produzir tecnologia própria. Para tanto, a fim de evitar restrições externas, tanto a China como seu vizinho estruturaram o foco de crescimento no mercado externo pela ampliação das exportações, pelo menos inicialmente (dado que diferentemente do Japão, a China possui um enorme mercado interno

a ser ocupado). Como o Japão, a China também se beneficia e tem sua ação facilitada pela postura dos países centrais liderados pela potência hegemônica. Basta mencionar que em já 1978 os EUA restabelecem relações diplomáticas plenas com a China e garantiram seu livre acesso ao mercado mundial (Letizia, 2007, p.25), abrindo as portas às exportações chinesas e, ao mesmo tempo, permitindo também sua modernização pela permissão de exportação tecnologia para a China, dentre outras coisas. Essas ações estão relacionadas claramente aos interesses econômicos das grandes empresas globais em entrar no mercado chinês, mas também não se pode esquecer, em termos geopolíticos, à política norte-americana anticomunista de construção de centros de resistência e de fortalecimento do poder ocidental no leste oriental (como ocorreu no caso do Japão e dos Tigres Asiáticos nos anos 50), agora no bojo da derrocada soviética. Muitas semelhanças podem ser encontradas nos projetos japonês e chinês, mas cessam aí.

A grande e mais importante diferença entre as duas estratégias – além do momento histórico em relação ao processo de acumulação de capital já anteriormente apontada – parece estar na forma de aliança com o capital multinacional, coisa que não ocorreu no caso japonês. A China optou por trazer a tecnologia junto com o grande capital. A China aproveitou-se da mundialização de capital e, contrariamente ao Japão, não optou pela construção de uma estrutura industrial totalmente centrada no capital nacional para competir com o centro hegemônico, apesar de contar com um forte contingente de empresas estatais que têm uma importância crucial nesse jogo e muito provavelmente continuarão com esse papel. Optou por trazer o capital multinacional para dentro de seu território nacional, mas sob estrito controle estratégico⁵, aproveitando-se do processo de reestruturação que o capital passava no mundo. Não optou passivamente por “pavimentar o terreno” para atraí-lo com políticas de liberalização como as preconizadas e levadas a cabo na América Latina, nem, muito pelo contrário, deu-lhe total liberdade. Atraiu as grandes empresas multinacionais globais dos principais centros hegemônicos, mas sob estrito controle do Estado chinês, e sob estratégias severas de uma economia centralmente planejada em processo de instalação de formas capitalistas de produção em uma economia periférica.

Parece ser uma estratégia que se utiliza da experiência japonesa, mas que envolve o capital multinacional dos países do centro de uma forma inovadora – e talvez até maquiavélica – muito diferente também da América Latina que optou simplesmente por “aplainar o terreno” e dar total liberdade às empresas globais. A China envolveu de tal forma o capital multinacional em sua estratégia ao ponto de diminuir o poder dos países centrais sobre esse capital, dificultando a reação de seus governos, como bem tem demonstrado, por exemplo, a incapacidade dos EUA em impor uma valorização da moeda Chinesa. Esse parece ser o principal elemento inovador na estratégia chinesa: promover o processo de industrialização tardia com capital multinacional embora sob o estrito controle do Estado chinês, atraindo-o como parceiro do objetivo de tornar-se potência. Talvez o inimaginável tenha ocorrido: parece ter conseguido colocar o próprio interesse do capital multinacional refém de seus interesses e, por vezes, contra os interesses políticos das potências hegemônicas, podendo causar até crises, desemprego e desindustrialização nos centros, ao invadir as economias Centrais com produtos baratos produzidos por essas *joint ventures*.

Para instalarem-se na China as multinacionais⁶ foram, por exemplo, obrigadas a dividir seu controle por meio da formação de *joint ventures* e outros tipos de acordos com empresas chinesas, em grande parte estatais ou ex-estatais, as quais são fortemente controladas por equipes de burocratas chineses. O Governo chinês exige para a instalação de empresas em setores estratégicos no seu território a constituição de parcerias com capitais chineses como garantia de transferência de tecnologia (Jabbour, 2006, p.89). Elegeu setores específicos e formas diferenciadas para instalação e ordenamento da ação desse capital, por exemplo, pela constituição de Zonas Econômicas Especiais (ZEE)⁷. Proveu uma onda enorme de investimentos estatais e infra-estrutura de energia, telecomunicações e transporte (Jabbour, 2006) a partir de investimentos públicos. De outro lado garantiu ao grande capital que lá se instala o fornecimento de mão de obra barata, relativamente bem treinada e adestrada para o trabalho, principalmente a partir do controle sobre as migrações do campo para a cidade, bem como de sua estrutura social.

Trata-se, portanto, de uma lógica que, apesar de todo o tipo de controle que deixaria os ideólogos da “total liberdade ao capital” de

cabelo em pé, se coaduna com o interesse do grande capital multinacional que consegue produzir com preços extremamente baixos, exportando para o mercado mundial a partir de sua realocização na China. Ao mesmo tempo, o país garante a essas empresas o acesso ao seu mercado de mais de um bilhão de pessoas e em expansão. Estruturou, portanto, uma estratégia de atração de capitais do exterior sem perder o controle sobre seu movimento. De outro lado, criou uma estrutura acoplada, ao exemplo japonês, de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia sob controle desse novo tipo de capital criado na China (com forte presença de empresas estatais), meio multinacional, meio Estatal chinês.

Assim, em um contexto que poderia parecer estranho, o capital multinacional do centro parece ter achado um novo espaço para sua acumulação que já não encontrava oportunidades para sua ampliação no próprio centro, nem nas periferias ocupadas como a latino-americana, por conta das contradições lá criadas que resultaram das estratégias de subordinação liberal ao capital.

Assim, parece que o controle sobre o capital multinacional é o elemento crucial na estratégia chinesa. Foi um processo radicalmente diferente da forma de como se deu a transferência de plantas produtivas multinacionais que ocuparam os mercados na América Latina, sem qualquer participação direta de empresas locais ou dos governos. O Estado nacional teve a função de, ao contrário, apenas pavimentar o terreno e eliminar controles, destruir possíveis resistências sociais por amplas ditaduras, ou, em alguns casos, no máximo, permitindo às empresas locais sua inserção como fornecedoras de partes peças e componentes de baixa tecnologia. Esse processo na América Latina, ao contrário de garantir uma transferência de tecnologia que permitisse a criação de um potencial de desenvolvimento autônomo, na verdade criou uma nova relação de subordinação que atua via dependência tecnológica que se materializa na subsunção às estratégias das grandes corporações, distantes de qualquer interesse local. A estratégia chinesa parece justamente evitar esse mal, a criação de uma estrutura industrial totalmente dependente da potência hegemônica.

A china criou um mecanismo (talvez único) que lhe permitiu ao mesmo tempo atrair o capital produtivo para dentro de suas fronteiras

com transferência de tecnologia, certo grau de controle sobre essa tecnologia e sobre a estrutura produtiva, subvertendo os padrões liberais de “toda liberdade ao capital”. Com essa política busca ter o controle sobre o capital estrangeiro, ao mesmo tempo em que o ganha como aliado, parceiro na competição internacional, contraditoriamente, atuando contra a potência hegemônica. Diferentemente do Japão, consegue, de um lado eliminar a concorrência nos países centrais uma vez que as plantas produtivas são de fato transferidas à China e, de outro, impedir que esses países façam políticas protecionistas via taxa de câmbio/juros ou pela criação barreiras alfandegárias, dado que não interessa ao próprio capital multinacional instalado na China. Cria assim contradições fundamentais, como afirmam Cohen e Richard: não há dúvidas que sucumbimos ao perigo “amarelo”, mas é necessário, entretanto, falar do “perigo azul”, a cor do logo do Wal-Mart⁸ e Carrefour. São esses perigos que geram o impasse atual (Cohen e Richard, 2005, p.208).

Com essa estratégia a China parece estar promovendo seu crescimento econômico, garantindo o controle sobre o processo e, mais fundamentalmente, sobre a criação e o desenvolvimento de tecnologia⁹. Pode até fazer com que a base inicial para a industrialização estruturada sobre a existência de mão de obra barata possa ser superada pela elevação de ganhos de produtividade. Isso não seria possível se a lógica do processo se resumisse a produzir produtos de baixa tecnologia com mão de obra barata, o que simplesmente se traduziria apenas em uma forte dependência do mercado externo que poderia ruir num futuro próximo. Assim, criar um mercado interno – o que não é difícil dado o tamanho de sua população, apesar de contraditório em relação ao uso de mão de obra barata – bem como utilizar um mercado forte no leste-asiático envolvendo seus vizinhos, elementos que já vem ocorrendo de maneira acelerada, também parecem fazer parte da estratégia de crescimento chinês.

Aliança com seus vizinhos

Além de envolver e atrair o capital multinacional estrangeiro norte-americano e europeu, enredando-o em sua estratégia e o

colocando, de certa forma até contra os centros hegemônicos, é interessante notar que faz parte integrante desse capital cooptado as grandes empresas multinacionais dos Tigres Asiáticos e Japão. A China organizou a relação com seus vizinhos, principalmente com seu antigo inimigo, o Japão. Estima-se que os EUA possuam um estoque de U\$70 bilhões em investimentos na China (Jabbour, 2006, p. 38), mas o grosso do fluxo de Investimento direto recebido na China não é de Europeus e Norte-americanos (que respondem por mais ou menos 15% do fluxo de IDE) e sim de seus vizinhos. Assim, a China envolve em sua estratégia não apenas as multinacionais desses países, mas ganha os próprios países como aliados, criando em torno de si uma enredada aliança a fim de liderar uma futura hegemonia asiática.

A aliança com Coréia, Hong Kong e Tailândia é relativamente simples por fatores históricos (Cunha, Biancareli e Prates, 2007, p.535). Os empresários instalados nesses locais em geral se consideram chineses e de fato o são. Assim sentem-se como que retornando à pátria quando transferem suas estruturas industriais à China. Junto com o Japão, esses países são responsáveis por 60% do IDE na China (Wei, 2005), com destaque para Hong Kong encabeçando a lista, apresentando nos anos 90 participações no total do fluxo de IDE superiores a 40%, empresas de antigos chineses que retornam à China. Esses dados caracterizam a China como o centro do novo pólo asiático antes localizado no Japão.

A transformação do Japão de aliado dos EUA em aliado da China merece destaque. Como apontava Brzezinski (1997, p.159), a China via o Japão como um aliado dos EUA no sentido de impedir ou controlar o poder econômico e político chinês na Ásia do leste. Parece que a questão não está mais colocada dessa forma. A China parece ter conseguido envolver o Japão em sua estratégia. Por um lado, está tirando o Japão de muitos anos de estagnação econômica que, não se pode esquecer, foi diretamente provocada pelas políticas norte-americanas. Parece que os anos de abandono mudaram a aliança EUA-Japão. Da mesma forma, como já apontado, a aparente subordinação japonesa aos EUA sempre fez parte de sua estratégia de superação em relação aos próprios EUA, na tentativa de ocupar o lugar de potência. Fato é que hoje o Japão está muito mais próximo da economia chinesa do que dos EUA. Como aponta Medeiros, o Japão tornou-se o

principal exportador de capitais para a China e possui superávit comercial com este país fornecendo principalmente tecnologia. “Em 2003 o Japão exportou mais para China, Hong Kong e Tailândia do que para os EUA” (Medeiros, 2006, p.391).

Isto significa dizer que a China, além de conseguir trazer o capital multinacional dos EUA e Europa, bem como envolvê-lo como aliado em sua estratégia, trouxe também o grande capital de seus vizinhos. Parece ter tornado, de uma forma estratégica, todos esses países dependentes do seu sucesso no que tange ao crescimento econômico. Muito das exportações que o Japão fazia antes de sua crise diretamente aos EUA, hoje as empresas japonesas o fazem a partir da China. A política cambial chinesa tem de certa forma beneficiado indiretamente também aos seus vizinhos na medida em que entram no bloco competitivo encabeçado por ela no comércio mundial, promovendo o crescimento econômico de toda a região (Cunha, Biancareli e Prates, 2007, p.534). Isso sem falar na dependência norte-americana dos fluxos de capitais oriundos da China.

De outro lado, esse processo tem elevado o poder da moeda chinesa pelo aumento do fluxo de comércio entre os parceiros asiáticos. Pouco a pouco a moeda chinesa parece tornar-se centro nas relações comerciais locais (Medeiros, 2006, p.394), podendo livrar, até certo ponto, a região do poder do dólar, apesar dos enormes volumes de reservas que a China tem em dólares. Assim, a China conquistou seus vizinhos como fortes aliados (ver Medeiros, 2006, p.389), interessados em seu sucesso e dispostos internacionalmente a defender os interesses da economia chinesa, como por exemplo, a manutenção da moeda chinesa desvalorizada.

Esses são os resultados de uma estratégia de integração chinesa ao capitalismo global pensada e planejada por sua forte estrutura estatal. Colocam a China em posição de ameaça à estrutura hegemônica mundial, bem como transformam as relações de produção do capitalismo mundial pela reestruturação produtiva global, enfraquecendo a estrutura produtiva tanto dos EUA como Europa por conta da criação de contradições que antes não estavam presentes no capitalismo mundial. O Japão tratou de integrar-se de forma virtuosa na estratégia chinesa. Trata-se de uma aliança com o capital multinacional mundial e com seus parceiros vizinhos que se

industrializaram também de forma planejada e organizada. Assim, a ação chinesa no oriente está proporcionando uma nova onda de acumulação mundial centrada fora do pólo hegemônico tradicional.

Capitalismo Chinês

Não há dúvidas de que a China está construindo uma economia capitalista no conceito mais profundo do termo, o que não tem qualquer relação com a lógica liberal – nem torturando a história, como desejam os liberais. Está construindo de forma planejada uma estrutura poderosa para extração de valor excedente em prol do processo de acumulação. Construiu um processo de industrialização que possui características próprias e novas para a periferia. Isso está longe de significar, como gostam de alardear muitos, que a China estaria construindo uma economia “de mercado”, embora seja sim, a construção de uma economia capitalista. A discussão é profundamente controversa e se inicia pelo conceito do que vem a ser “mercado” no próprio capitalismo.

Alguns autores no esteio de Douglas North (1993, p.110) relacionam o conceito de “mercado” a uma “instituição” social com regras definidas pelo conjunto dos agentes econômicos individuais que jogam como iguais em uma espécie de arena, sendo o resultado desse jogo avaliado pela formação dos preços, responsável pela eficiência alocativa dos recursos. Se esse é o conceito de “mercado”, pouco ou nada tem a ver com o que a China está praticando. O que temos de fato é um crescimento econômico baseado em planejamento econômico que arremetaria qualquer um que defenda as forças de mercado como mecanismo natural ao desenvolvimento. Controles em todos os níveis não permitem chamar a forma chinesa de algo regido pelo mercado.

Por outro lado, no entanto, é uma estratégia de construção de uma economia capitalista, em um processo de estruturação da acumulação de capital pela extração organizada (mais eficiente do que aquela regida pelas forças de mercado) do excedente em valor (mais valia de fato), com o objetivo de garantir e ampliar o processo de acumulação. Um verdadeiro processo de desenvolvimento capitalista

planejado, aliás, como foi feito no Japão antes e depois da 2ª guerra mundial.

De forma contraditória, a China aproveita-se de algo que talvez se possa chamar de “lógica do mercado” presente na pressão realizada pelas grandes corporações por liberdade em seu processo de reestruturação pelo mundo que marcou os anos 90. Claro, a lógica do mercado real e não aquele conceituado acima claramente confunde-se com o interesse do grande capital – mercado livre é a liberdade do capital¹⁰. Desenhou uma estratégia de desenvolvimento administrando, capitalizando de forma planejada a lógica caótica que caracteriza o movimento do capital em seu processo de acumulação no mundo que resultou das políticas de liberalização. Utilizou-se de uma lógica “de mercado”, o interesse do grande capital que ganhou total liberdade pelas políticas de liberalização e enfraqueceu o poder dos seus estados de origem, para enquadrar esse capital pelo planejamento em sua própria estratégia de desenvolvimento. E por isso, as reformas liberalizantes dos anos 80 e 90 coincidem com a grande transformação na China. De forma interessante, o capital produtivo abandona até certo ponto o centro onde era livre, desindustrializando-o inclusive, para instalar-se na China, onde utiliza o controle de um Estado forte a seu favor – como o fez historicamente.

O sistema chinês é capitalista porque está constituído dentro da lógica do capital, da lógica do processo de acumulação ampliada do capital. Na verdade demonstra que o processo de acumulação de capital tem muito pouco a ver com a lógica do mercado livre. O sistema capitalista nunca se constituiu na história como um processo espontâneo surgido da liberdade de indivíduos. Por isso, a economia chinesa não é uma economia de mercado no sentido metafísico do termo e tampouco tenderá a ser pelo que se desenha, assim como não é no sentido estrito do termo a economia japonesa com seus grandes grupos industriais estruturados no âmbito do Estado. Ambas procuraram estruturar pelo planejamento a lógica do capital em seu interior.

“A crença que a globalização conduziu a uma uniformização das instituições sobre o modelo Americano, a famosa “fim da história”, impede de compreender a reforma chinesa...” (Aglietta e Barrebi, 2007, p.249).

Apesar dessa lógica do “mercado” historicamente invadir a periferia do sistema que a adota, o que o caso chinês parece demonstrar (e que já estava presente na estratégia japonesa e no pensamento cepalino) é que o capitalismo na periferia, quando implantado pela lógica do mercado, se estrutura de uma forma subordinada e dependente impedindo a superação do subdesenvolvimento. E, quando se estrutura sob a lógica da organização do centro e subordinado a ele, a partir daqueles que são os responsáveis pelo movimento do capital, o Estado do centro e o capital multinacional, simplesmente a periferia eleva seu grau de dependência. Parece que é disso que a China busca livrar-se em sua estratégia de potência hegemônica.

Para tanto, o planejamento estatal parece ser central, dado que o capital não é um ser em si, autônomo, com vida própria, mas está sob o comando das pessoas, seus representantes que lhe garantem, mesmo que não saibam, seu movimento. Todas as vezes que o capital aventurou-se em sua lógica cega de acumulação, resultou em crise. Quando o capital seguindo a lógica de acumulação invade a periferia pelas mãos dos capitais multinacionais, ele necessita e sempre necessitou do Estado organizando esse movimento, abrindo portas e impondo regras para a “livre locomoção do capital”. O capital utiliza-se e necessita do Estado, tanto do consentimento do Estado periférico sob a forma políticas específicas, como do apoio do Estado do centro que organiza o processo. Deixar o capital à sua própria lógica, como aliás é sempre o desejo dos grandes grupos multinacionais que o materializam, cria contradições que impedem a própria acumulação.

O movimento do capital não é algo natural que surge da ação de indivíduos isolados livres. A construção do processo de acumulação é uma construção social, política, estruturada sobre determinação de uma ação do Estado coordenada para a acumulação de capital. Pensar estrategicamente é parte fundamental do próprio processo de acumulação de capital. Foram políticas específicas que criaram as bases para a revolução industrial inglesa e que tornaram os EUA potência (Chang, 2002). Não foram processos naturais baseados na iniciativa individual de homens que enriqueceram abrindo mão do prazer no presente.

A estratégia chinesa de constituição de um capitalismo nacional tem pouco a ver com a lógica de mercado e muito a ver com planejamento como base para inclusão do país no processo internacional de acumulação, acoplando-se ao movimento do capital de forma organizada, baseada em uma economia estruturada para garantir a extração de valor excedente sem limites, mas sob o domínio e controle do Estado. É a constituição de um capitalismo puro que procura trazer o capital ao seu controle, retirando-o do controle da potência hegemônica. A China parece que constrói internamente e de forma planejada o sistema de “controle sócio-metabólico” (Mészáros, 2002, p.96/97) do capital sob seu comando, um processo que historicamente não ocorreu pelas mãos do “mercado livre”, ainda mais na periferia do sistema. Este sempre foi um controle que esteve sob o domínio da potência hegemônica.

O que o exemplo chinês parece demonstrar que o capital aceita e necessita locomover-se em uma economia planejada, desde que lhe seja garantida a acumulação, o que não lhe é dado pela anarquia do mercado. Ele precisa de “regras” que impeçam outros fatores alheios à acumulação de atuar no sentido de impedi-la ou controlá-la. Demanda assim um Estado que lhe garanta, por exemplo, mão de obra barata e bem treinada, bem como todo um aparato infra-estrutural para sua acumulação, elementos que lhe assegurem a extração do valor excedente. Por isso não se opõe ao planejamento e nem se incomoda com corrupção, desde que isso não bloqueie o processo de acumulação. É exatamente isso que a China faz. O Estado é chamado a atuar e sua ação é aceita quando alimenta e garante o processo de acumulação de capital.

Os Estados capitalistas centrais engajaram-se com todos os seus recursos nas demandas do capital por liberdade, forçaram a retirada de barreiras que pudessem atrapalhar o livre movimento do capital no mundo. Deixaram o movimento do capital sem regras, criando as contradições atuais. Como já dizia Keynes, “não constituí uma dedução correta dos princípios da economia que o auto-interesse esclarecido sempre atua a favor do interesse público” (Keynes, 1978, p.120). De forma interessante, é justamente esse capital “livre” que circulava no mundo em busca de espaços para acumulação que foi cooptado ou capturado pela estratégia chinesa que agora ameaça a

hegemônica mundial. O capital parece que, seguindo seus desígnios voltados apenas para a acumulação, agora, quando encontra novos espaços de para tal, pode ameaçar e destruir aquele que o criou, seu Estado de origem.

É interessante notar como alguns autores não conseguem entender a China quando avaliada sob os preceitos do novo institucionalismo. Shang-jin Wei (2005) demonstra as dificuldades em entender o volumoso fluxo de IDE na China uma vez que os princípios básicos que norteariam o crescimento econômico não são respeitados, como o direito de propriedade¹¹, o nível de transparência, de corrupção, a questão da liberdade ao capital, liberalização financeira e o afastamento do Estado. A China não parece cumprir quase nenhum dos requisitos básicos que, uma vez respeitados, 'impulsionariam' naturalmente o chamado desenvolvimento capitalista. Apesar disso, foi o país que mais atraiu IDE produtivo no mundo ao longo dos anos 90, demonstrando que para o capital esses elementos pouco importam diante das possibilidades de ampliação do processo de acumulação e extração de excedente. Mesmo o Brasil quando recebeu o enorme fluxo de IDE produtivo nos anos 50 e 70 não era nenhum bom aluno nos preceitos institucionais.

O capital não quer que o Estado saia de sua frente. Ele não saberia o que fazer sem o Estado como aliado. Ele quer que o Estado o puxe, abra caminho e garanta o processo de acumulação. Ele quer também um estado voltado apenas para a acumulação, que não 'desperdice' recursos com gastos sociais.

China: um modelo?

A China utilizou-se dos mecanismos de planejamento de forma a beneficiar-se do movimento do capital mundial ao longo dos anos 90. Vale destacar que, de um lado, soube usar o movimento do capital no mundo em um processo de reestruturação, e que encontrou na China um novo espaço de valorização, movimento este respaldado e garantido pela política liberal da potência hegemônica, os EUA; de outro lado, construiu uma estratégia que estruturou sua forma de participação nesse processo de mundialização de capital. Estes

parecem ser claramente dois movimentos que interagem para que se possa compreender o fenômeno China.

Pode-se perceber que a forma como a China se inseriu no processo de mundialização foi bastante diferente dos outros países periféricos. As diferenças referem-se a fatores concretos que constituíram as estratégias de cada uma dessas economias e, ao mesmo tempo, o modo como o capital multinacional envolveu esses países em seu processo de acumulação mundial. Por outro lado, parece ser claro que foi um conjunto específico de relações (estrutura política e social interna e situação externa) que permitiu à China seu posicionamento totalmente novo para uma periferia no momento atual do capitalismo.

De qualquer forma, é necessário deixar claro que não se pode tomar o exemplo de algum país submetido a conjuntos específicos de relações com o fim de reproduzir em outros países essa experiência como um modelo sem analisar as diversas especificidades estruturais de cada um e de cada situação, de sua estrutura econômica e política interna e do interesses relativos do grande capital multinacional em relação aquele país. Por outro lado, como não é possível copiar, talvez seja importante estudar o processo para verificar o que se pode aprender de novo, para desprender-se de concepções preconcebidas ou baseadas em falsas teorias, que não respeitam a história, sobre como se deve promover o desenvolvimento na periferia, aplicando-se modelos distantes produzidos nas economias centrais. Uma das lições importantes que se pode tirar da China é que as regras na construção do desenvolvimento capitalista em uma economia periférica não estão dadas e devem ser construídas segundo as especificidades de cada lugar. Não existem modelos prontos. Aliás, foi isso que apontaram nossos economistas na constituição da Cepal. A própria criação da estratégia pode pensar que tipo de capitalismo se deseja construir.

A China está construindo de fato uma estratégia própria para jogar as cartas no capitalismo mundial e deixar de ser periferia, quem sabe, buscando recuperar o lugar de império que lhe foi tirado por forças internas (ver Letizia, 2007).

“O critério decisivo pelo qual se classifica sociedades do sistema capitalista mundial como ‘centros’ e ‘periferias’ é o caráter de seu

Estado. As sociedades do capitalismo central são caracterizadas pela cristalização de um Estado nacional burguês, cujo papel central (além da simples manutenção do domínio do capital) é controlar as condições da acumulação através do controle nacional que exerce sobre a reprodução da força de trabalho, o mercado, a centralização do excedente, os recursos naturais e a tecnologia. O Estado aqui preenche as condições que permitem uma 'acumulação autocentrada', isto é, sujeição das (na maioria das vezes agressivamente) relações externas à lógica da acumulação. Por contraste, o Estado periférico (que como qualquer outro Estado preenche as funções de manter a dominação interna de classe) não controla a acumulação local. Assim torna-se – objetivamente – o instrumento de 'ajustamento' da sociedade local às demandas mundiais de acumulação, para as quais as mudanças de direção são determinadas por mudanças que ocorrem no centro" (Amin, 1990, cap.6).

Se Amim estiver certo, há dúvidas se o Estado Chinês ao final do processo ainda poderá caracterizar-se como periferia. A grande incógnita é se a China conseguirá transformar a estrutura capitalista que está criando em um mecanismo de promoção do desenvolvimento não só econômico, mas social, com distribuição de renda e políticas de bem estar – o que não faz parte do puro movimento do capital. A história tem mostrado que a força do capital que se define pela acumulação ampliada e não enxerga além tem sido o que impede esse processo. Certamente reaparecerão as contradições que envolvem qualquer processo de acumulação capitalista, ainda mais quando se trata de um processo como o chinês, baseado em péssimas condições de trabalho hoje impostas para baratear o custo da mão-de-obra. Vale lembrar, apenas para refletir, que o Japão conseguiu construir um dos capitalismos mais igualitários do mundo por força de sua política de Estado e não foi esse fato que o retirou da disputa hegemônica.

De qualquer forma, analisar a estratégia chinesa com cautela é fundamental. Existe uma tendência a fazer comparações e tomar estratégias como modelo a ser seguido sem se considerar que ocorre dentro de determinadas condições. Qualquer estratégia deve ser construída diante das condições reais concretas que são diferentes no

tempo e no espaço, o momento histórico e no espaço que ocupa no conjunto de relações internacionais.

As experiências da China e do Japão demonstram que sem estratégia específica e autônoma diante da realidade concreta não há crescimento nem desenvolvimento econômicos em países periféricos. Ao lado disso, também mostram que suas estratégias foram desenvolvidas diante de condições específicas históricas reais que não se reproduzem no tempo e no espaço. O Japão soube aproveitar da geopolítica no centro hegemônico no pós-guerra. A China buscou aproveitar-se da própria mundialização, curiosamente subordinando-se ao movimento mundial do capital, mas não ao centro hegemônico.

O fato é que não é possível o desenvolvimento de qualquer espécie sem uma estratégia diferenciada moldada nas fissuras do que a realidade nos apresenta. Estratégias e planejamento da ação se constroem sobre os elementos que constituem a realidade concreta.

Abstract

The strategy of construction of the Chinese capitalism seems to be placing new questions to the economic theory. When attracting the multinational capital of the countries of the center, following its strategical interests, forms of controlling it and management, taking advantage of the capital internalization of the 90's, at the same time, constructing strategically alliances with its neighbors, mainly Japan, curiously without following the rules of the "good institutions", China is creating not only indisposition in some theories of the development, but also it is placing in corner world-wide hegemonic structure that lasts since the postwar period.

Key-words: China, capitalism, internalization of capital, economic development, liberalism, communism.

Referências

- AGLIETTA, M.; BERREBI, L. – *Désordres das le capitalism mondial*. Paris: Odile Jacob, 2007.
- AGLIETTA, M.; LANDRY, Y. – *La Chine vers la superpuissanc*. Paris: Economica, 2007.
- ALLEN, C. G. – *A Economia Japonesa* Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

- AMIN, S. – *Maldevelopment Anatomy of a global failure*. United Nations University Press, Tokyo; Zed Books Ltd., London and New Jersey, 1990. Arquivo de internet: <http://www.unu.edu/unupress/unupbooks/uu32me/uu32me00.htm>.
- AMIN, S. – *O Capitalismo Senil*. Revista da Sociedade de Economia Política, nº11, Rio de Janeiro, 2002.
- ARRIGUI, G. – *O longo século XX*. São Paulo: Contraponto/UNESP, 1996.
- BENEDICT, R. – *O Crisântemo e a Espada*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- BRZEZINSKI, Z. – *The grand chessboard*. New York: Basic Books, 1997.
- CHANG, H-J – *Kicking Away the Lather: Development Strategy in Historical Perspective*. London: Anthem Press, 2002.
- CHESNAIS, F. – *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, F. – *Alcance y Rumbo de la Crisis Financiera*. França: Carré Rouge nº1, dez. 07 e jan./fev. 08, (traduzido para Herramientas por Aldo Caldas), 2008.
- COHEN P. E RICHARD, L. – *La Chine sera-t-elle notre cauchemar?* France : Mille e Une Nuit, 2005.
- CUNHA, A.M.; BIANCARELI, A.M.; PRATES, D.M. – *A Diplomacia do Yuan Fraco*. Revista de Economia Contemporânea, vol. 11 (3), set-dez, 2007.
- DOS SANTOS, T. – *Imperialismo e Corporações Multinacionais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DOS SANTOS, T. – *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- FURTADO, C. – *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- FURTADO, C. – *Criatividade e Dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- HARDT, M. E NEGRI, A. – *Império*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003
- HIRST, P. E THOMPSON, G. – *Globalização em Questão*. Petrópolis: Vozes, 1998..
- JABBOUR, E. – *China: Infra-estrutura e Crescimento Econômico*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.
- KEYNES, J. M. – *O fim do laissez-faire*. In: SZMRECSÁNYI, T. (org.) *John Maynard Keynes*, São Paulo: Ática, 1978.
- LESSA, C. – *O futuro mais além do varejo*. Jornal Valor Econômico, 2009.
- LETIZIA, V. – *A pesada herança histórica da China moderna*. PUCSP-Mimeo, 2007.
- LUXEMBURG, R. – *A acumulação de capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

- MARX, K. – *O capital: para crítica da Economia Política*. Livros I e III, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, K. – *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985.
- MARX, K. – *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*, México: Siglo Veintiuno Editores, 1987.
- MEDEIROS, C.A. – *A economia política da internacionalização sob a liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China*. In FIORI, J.L. (org.) *O poder americano*. Petrópolis; Vozes, 2004.
- MEDEIROS, C. A. – *A China como um Duplo Pólo da Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática*. In: *Revista de Economia Política*, vol. 26 (3), jul/set 2006.
- MELIN, L.M. – *O enquadramento do Iene: a trajetória do câmbio japonês desde 1971*. In: Tavares, M.C. e FIORI, J.L. *Poder e Dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MÉSZÁRIOS, I. – *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MICHALET, C-A. – *Qu'est-ce que la mondialisation?* Paris: La Docouverte, 2002.
- NORTH, D.C. – *Instituciones, Cambio Institucional y Desempeño Económico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- OHKAWA, K. E ROSOVSKY, H. – *Japanese Economic Growth: trend acceleration in the twentieth century*, California: Stanford University Press, 1973.
- OLIVEIRA, G. C. – *O Estado e a inserção ativa na economia: a estratégia de desenvolvimento econômico da China*. Texto apresentado no Congresso da Sociedade de Economia Política, 2006
- PALLOIX, C. – *L'économie mondial capitaliste*. Paris : François Maspero, tomos 1 e 2, 1971.
- POULANTZAS, N. – *As classes sociais no capitalismo hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- SAWAYA, R. – *Subordinação Consentida: capital multinacional no processo de acumulação do Brasil e América Latina*. São Paulo: Annablume, 2006.
- SERRANO, F. – *Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton woods ao padrão dólar flexível*. In FIORI, J.L. (org.) *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- STIGLITZ, J.E. – *A Globalização e Seus Malefícios*. São Paulo: Futura, 2002.
- _____ – *Os Exuberantes anos 90*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

- _____ – *Making Globalization Work*. New York-London, W.W. Norton & Company, 2006.
- SWEEZY, P.M. E BARAN, P.A. – *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- TAVARES, M.C. E BELLUZZO, L.C. – *A mundialização do capital e a expansão do poder Americano*. In FIORI, J.L. (org.) *O poder americano*. Petrópolis; Vozes, 2004.
- TORRES FILHO, E.T. – *A crise da economia japonesa nos anos 90 e a retomada da hegemonia americana*. In Tavares, M.C. e Fiori, J.L. *O poder do dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- UNCTAD (2000) – *Cross-Border Mergers and Acquisitions and Development* New York/Geneve: United Nations, World Development Report 2000.
- WALLERSTEIN, I. – *O Declínio do Poder Americano*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- WEI, S-J. – *The Chinese Approach to Capital inflows: Patterns and Possible Explanations*. IMF Working Paper, April 2005.

Notas:

- ¹ Vale apontar que essas características se mantêm atualmente, dado que o capital sempre está preocupado com o controle sobre mercados impulsionado pela concorrência justamente para superá-la.
- ² Ohkawa e Rosvsky (1973, p. 223) demonstram a atuação do MITI (Ministério da Indústria e Comércio) na política industrial e de transferência de tecnologia.
- ³ Por ocasião de uma bolsa de estudos que ao autor permitiu estudar Planejamento e Desenvolvimento Econômico no Japão em 1985/6, esse objetivo lhe era constantemente repetido por diversos economistas japoneses.
- ⁴ Para maiores detalhes sobre a crise japonesa nos anos 90 ver Melin, 1997; Torres Filho, 1997; Medeiros, 2004; Serrano, 2004.
- ⁵ Shang-Jin Wei (2005) traz em seu anexo a evolução das políticas chinesas no processo de atração do capital multinacional para dentro de suas fronteiras via Investimento Direto Estrangeiro.
- ⁶ Segundo estimativas, 416 das 500 maiores empresas do mundo possuem instalações na China (Jabbour, 2006, p. 41).
- ⁷ Ver Aglietta e Berrebi que detalham as estratégias (2007, p. 270/1).
- ⁸ “O Wal-Mart representa cerca de 30% de todas as compras estrangeiras da China e quase 10% das importações dos EUA” (Jornal Valor Econômico, 07/04/2008, B4).
- ⁹ “A inovação tecnológica é considerada pelas autoridades chinesas como uma fundamental necessidade para alcançar o desenvolvimento econômico do país” (Aglietta e Landry, 2007, p. 37).

- ¹⁰ “No atual estado da sociedade, o que é livre-câmbio? É a liberdade do capital. Quando vocês fizerem desaparecer os poucos entraves que ainda obstaculizam a marcha do capital, apenas lhe terão concedido ... liberdade de ação. (...). Senhores: não se deixem enganar pela abstrata palavra liberdade. Liberdade de quem? Não é a liberdade de um indivíduo em relação a outro indivíduo. É a liberdade do capital (Marx, 1895, p. 195-6).
- ¹¹ A china instituiu o reconhecimento da propriedade privada apenas em 2002. Segundo Rodrik (in Jabbour, 2006, p. 42).